

AS PSICÓLOGAS NO SUAS

• mobilizando recursos para uma atuação com compromisso social •

*Luane Neves Santos**

* Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é doutoranda em Educação: Psicologia da Educação pela PUC-SP. É integrante do grupo de pesquisa: A Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social: suas diversas expressões (PUC-SP). luanepsi@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo objetiva refletir sobre a inserção da psicologia na assistência social, buscando evidenciar recursos e elementos necessários para a constituição de uma atuação consolidada no “compromisso social”. Para tanto, discutirá a realidade social brasileira em seu caráter de forte desigualdade social, apresentando as condições históricas para a constituição do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) enquanto política pública que intenciona o enfrentamento desse processo. Retomará a trajetória da construção da psicologia como ciência e profissão, na qual convivem projetos ético-políticos distintos, que valorizam o compromisso com as elites ou com a transformação da realidade social brasileira, e se expressam na formação do profissional, nutrindo valores e práticas diversas. Com base em pesquisa realizada com psicólogas que atuam no SUAS serão apresentadas reflexões acerca de recursos e elementos necessários para a constituição de uma atuação consistente na assistência social. Reflexões que: a) apontam para o reconhecimento da complexidade da atuação dessa profissional no SUAS, situando a importância da produção de novas metodologias de trabalho, principalmente aquelas que trabalham com dispositivos grupais; b) focam na formação interdisciplinar; c) enfatizam a importância da profissional produzir leituras críticas e complexas sobre a realidade social brasileira, marcada por forte desigualdade, considerando que os pensamentos são orientadores da ação e dos significados que as psicólogas constituem para explicar os fenômenos. Ou seja, na leitura da realidade que essas profissionais produzem, também se encontram os limites, as potencialidades, e por assim dizer, o horizonte no qual serão construídas as intervenções.

Palavras-chave: Psicologia; Assistência social; Desigualdade social.

THE PSYCHOLOGISTS IN SUAS:

• *mobilizing resources for action with social commitment* •

Abstract

This article aims to reflect on the inclusion of psychology in social assistance in order to enhance resources and information necessary for the establishment of a consolidated performance in “social commitment”. Therefore, it will discuss the Brazilian social reality in his character of strong social inequality, presenting the historical conditions for the establishment of the Single Social Assistance System (SUAS) as a public policy that intends to confront this reality. It will also resume the path of construction of psychology as a science and profession, in which live ethical and political projects distinct, who value commitment to the elites or the transformation of Brazilian social reality, and are expressed in vocational training, nourishing values and different practices. Based on a survey carried on psychologists that work in SUAS, reflections will be presented about resources and information necessary for the establishment of a consistent performance in social work, able to translate the commitment of psychology with the transformation of Brazilian reality. Reflections that a) point to the recognition of the complexity of the performance of this professional in SUAS, placing the importance of the production of new work methods, especially those that work with Group activities b) focus on interdisciplinary training c) emphasize the importance of the psychologists produce critical and complex readings on the Brazilian social reality, marked by strong inequality, considering that thoughts guides both actions and meanings the psychologists uses to explain the phenomena. That is, in the reading of reality that these professionals produce we find the limits, the potential, and so to speak, the horizon in which their interventions will be built.

Keywords: Psychology; Social assistance; Social inequality.

INICIANDO A DISCUSSÃO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a inserção da psicologia na assistência social, buscando evidenciar recursos e elementos necessários para constituição de uma atuação consistente e pautada no “compromisso social”.⁽¹⁾ Esclareço de início que a escolha pelo gênero feminino na designação das profissionais psicólogas não visa excluir os psicólogos da discussão. É antes, uma referência à composição majoritariamente feminina da psicologia, pois segundo Lhullier,⁽²⁾ dos 232 mil profissionais em exercício, 88% são mulheres, sendo necessário problematizar o uso prioritário da referência masculina genérica –“o psicólogo” – na designação da produção científica da área.

É necessário refletir sobre qual o contexto de trabalho das psicólogas na assistência social e os desafios postos nessa atuação, para que se possa pensar em elementos capazes de subsidiar uma prática efetiva por parte dos profissionais. Nesse sentido, é preciso considerar a realidade social brasileira, marcada por uma desigualdade social estruturante das subjetividades dos sujeitos e dessa sociedade, aliada aos embates da psicologia, enquanto ciência e profissão, que se confronta com projetos ético-políticos distintos, convivendo-se simultaneamente com propostas antagônicas que valorizam o compromisso com as elites e com a transformação da realidade social brasileira.

Iniciarei com a discussão sobre a realidade social brasileira em seu caráter de forte desigualdade social e a constituição do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) enquanto política pública que intenciona o enfrentamento desse processo. Na sequência, retomarei alguns aspectos da constituição da psicologia como ciência e profissão, da qual decorrem projetos ético-políticos distintos, os quais se expressam também na formação do profissional, nutrindo valores e práticas. Ao final, apresento algumas reflexões acerca de recursos e elementos necessários para constituição de uma atuação consistente na assistência social, capazes de traduzir o compromisso da psicologia com a transformação da realidade brasileira.

A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA E A CONSTITUIÇÃO DO SUAS

Uma leitura consistente sobre a realidade social brasileira não pode se abster da problematização sobre o elevado índice de desigualdade social no país. Para onde quer que o nosso olhar paire, observamos um país constituído objetiva e subjetivamente na convivência com a pobreza e vulnerabilidade social, que enquanto sociedade teimamos em naturalizar. Nesse sentido, a desigualdade social é marca importante da estrutura social brasileira,⁽³⁾ que se expressa em variadas dimensões, resulta de diferentes fatores e tem amplas consequências, materializadas como problemas sociais.⁽⁴⁾

Tanto na psicologia, a exemplo de Bock e Gonçalves,⁽⁵⁾ quanto na sociologia,⁽⁶⁻⁸⁾ tradições de estudos que preconizam a superação da dicotomia indivíduo-sociedade apontam que a desigualdade social é uma construção coletiva, consolidada cotidianamente nas relações estabelecidas pelos sujeitos, a partir de práticas sociais reiteradas por crenças e valores. Tal definição implica em uma ruptura crítica da naturalização desse fenômeno, ampliando a discussão a partir do entrelaçamento de dimensões objetivas e subjetivas. Para além da

dimensão concreta, materializada no aspecto econômico, há outra de caráter subjetivo, que não somente institui, mas retroalimenta a desigualdade, constituída por registros simbólicos e afetivos que diferenciam o fenômeno, por meio de sentimentos, significados, afetos.⁽⁵⁾

A invisibilidade da desigualdade social brasileira, fruto da sua naturalização, obscurece as verdadeiras causas do fenômeno: o histórico acesso diferenciado a recursos materiais e simbólicos, sustentado por relações sociais moldadas a partir desse processo. O problema é que quando os critérios de estratificação são considerados justos e éticos, há maior tendência dos sujeitos assumirem uma postura de tolerância frente à desigualdade social, mesmo em casos extremos de diferença na distribuição de renda por segmentos, como no Brasil.⁽⁹⁾

Considerando a extrema desigualdade social vivenciada no país e com vistas a atuar sobre a pobreza e a vulnerabilidade, vem se estruturando, ao longo das últimas décadas, uma série de ofertas institucionais no campo das políticas públicas com vistas a garantir direitos e promover a cidadania, que culminaram na Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e na criação do SUAS. Tal processo, contudo, não é estanque e vem acompanhado no plano prático, por um caráter regulatório, que contribui para a manutenção do próprio sistema capitalista excludente.⁽¹⁰⁾

Somente a partir da Constituição de 1988, as ações da Assistência Social foram articuladas com a Saúde e a Previdência constituindo-se o Sistema Brasileiro de Seguridade Social, reconhecido como política pública em 1993 com a vigência da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que preconiza proteção social a todos que dela necessitarem, sem contribuição prévia,⁽¹¹⁾ marcando a ampliação dos recursos públicos na área social e os avanços na política social brasileira.⁽¹²⁾

A PNAS criada em 2004 e operacionalizada através do SUAS em 2005, apresenta como projeto político a radicalização dos modos de gestão e financiamento das ofertas institucionais no campo da assistência social, produzindo uma importante

ruptura histórica com os tradicionais modelos assistencialistas e a lógica de viabilizar direitos como favores.⁽¹³⁾ Tal processo visa a superação da condição de subalternidade, focando no desenvolvimento global das famílias e das comunidades e, conseqüentemente, na interrupção do ciclo intergeracional de pobreza.⁽¹⁴⁾

A psicologia foi convocada a participar do processo de transformação da realidade social do país, destacando-se o trabalho nas políticas sociais uma vez que a desigualdade social extrema gera grande sofrimento psíquico⁽¹⁾ o que resultou em expansão do mercado de trabalho para as psicólogas nos espaços públicos. Integrando as equipes do SUAS, as psicólogas passam a estar presentes nos equipamentos públicos que operacionalizam a política, incluindo o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), considerado a “porta de entrada” na assistência social.

Esse processo expõe as profissionais, que tradicionalmente estavam vinculadas a uma formação comprometida com as elites,⁽¹⁵⁻¹⁶⁾ ao atendimento a populações que vivenciam outra ordem de dimensão subjetiva, oriundas do contato cotidiano com as expressões de pobreza e vulnerabilidade social, decorrente da condição de desigualdade social extrema no país. Em suma, o encontro com o “social” confronta as profissionais psicólogas com dificuldades de ordem pessoal e técnica para lidarem com populações que vivenciam outra ordem de subjetividade.

Multiplicam-se as dificuldades no campo da assistência, a partir de concepções teóricas e técnicas dicotômicas, nas quais indivíduo e sociedade são vistos como elementos isolados e sem interconexão. Mais especificamente sobre o CRAS, Rozzotti⁽¹⁷⁾ alerta que a qualidade do trabalho depende do objetivo e da compreensão que temos, enquanto técnicas, do que é vulnerável e o que faz a vulnerabilidade neste país, além das concepções sobre o que é preciso fazer enquanto proteção social e promoção de igualdade no Brasil.

A superação da desigualdade social passa pela superação das visões dicotômicas de abordagem

ao problema. É preciso perceber que o modo como este fenômeno se apresenta em nossa sociedade é prejudicial não apenas para os pobres, pois o tipo de estratificação social vivenciado no país instaura um padrão que dificulta o crescimento sustentado.

A PSICOLOGIA E SEUS COMPROMISSOS

A Psicologia se institucionalizou no Brasil como uma profissão distante da realidade social e que se desenvolveu fundamentada em concepções universalizantes e naturalizantes da subjetividade, sob a orientação liberal e positivista. Pressupunha uma visão de homem livre, dotado de potencialidades e responsável pelo seu processo pessoal.⁽¹⁵⁾ Ao afastar o homem de sua realidade social, o fenômeno psicológico tornou-se uma entidade abstrata, colaborando para transformar problemas sociais em problemas individuais. Em suma, constituiu-se uma psicologia que ignorava a realidade política e social das desigualdades.

Nos seus trabalhos, Bock⁽¹⁻¹⁶⁾ organiza a crítica à visão liberal dominante da qual decorre grande parte da produção em psicologia. Em contrapartida, propõe uma reformulação paradigmática do fenômeno psicológico, ancorada nos pressupostos da psicologia sócio-histórica. Trata-se de um saber fazer que resiste à atribuição de uma natureza universal ao homem, já que tal concepção funciona a partir de caráter ideológico, desconsiderando a determinação social do mesmo. Decorre desse processo um homem pensado à margem do social, enquanto estrutura que o constitui e é constituída por ele. Em contraponto, propõe-se um homem em movimento, construído na vivência social, situado historicamente.

O compromisso social na psicologia, amplamente defendido pelo conselho profissional a partir do movimento “cuidar da profissão”, tem por objetivo promover uma releitura ideológica na atuação profissional das psicólogas junto às políticas públicas, cujo processo não é estático, foi e ainda é fruto de

enfrentamentos políticos. Tal processo foi fortalecido no seio acadêmico-profissional após a Constituição de 1988, também denominada “constituição cidadã”. Esta constituição redefine o paradigma da cidadania e prevê o acesso a direitos, pela primeira vez estabelecidos em texto constitucional, provendo, portanto, condições objetivas para o surgimento das políticas sociais.

Yamamoto⁽¹⁶⁾ complementa que, apesar das denúncias e avaliações a cerca dos rumos da psicologia já existirem há algum tempo, apenas a partir da confluência de condições históricas específicas, tais como o fim da ditadura militar e a crise mundial do capitalismo é que surgem possibilidades de mudança. Ele esclarece que a mudança no perfil da profissão pode ser, então, atribuída a pelo menos três fatores: 1) contingências específicas do mercado de trabalho, no sentido da diminuição da demanda por serviços psicológicos no modelo de profissional autônomo dada à crise econômica vivenciada no país; 2) abertura dos espaços de trabalho na área social após a Constituição de 1988, e; 3) produções teóricas que nutriam de reflexão crítica essa redefinição de caminhos.

O compromisso com as elites revela-se tanto no plano da ciência como da profissão. Neste último, observa-se, por exemplo, um trabalho construído a partir de uma linguagem sofisticada, elitista e distante da maior parte da população, ignorando a realidade política e social dos espaços que atua.⁽¹⁵⁾ Já enquanto ciência, a Psicologia tem contribuído com seus saberes para transformar problemas sociais em individuais, ao não considerar as determinações históricas envolvidas nos fenômenos.⁽¹⁸⁾

Desse modo, a atuação dos psicólogos e psicólogas ficou demasiadamente condicionada à reprodução das condições sociais na medida em que preconizava um indivíduo descolado do seu contexto social, sem reflexão crítica sobre os limites e potencialidades formados a partir desse mesmo contexto.⁽¹⁾ Nesse sentido, o posicionamento ético-político da psicologia, comprometida com a transformação da realidade social brasileira, apresenta-se como uma mudança paradigmática importante.

Uma Psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos e compreende que intervir na capacidade de transformação do sujeito envolve a construção de novos significados, pois para romper com os processos de exclusão é importante que o sujeito perceba-se num lugar de poder, de construtor do seu próprio direito e da satisfação de suas necessidades. Tais transformações ressoam com as exigências das novas condições de trabalho no país, em que as psicólogas não podiam mais restringir seus serviços à classe média e/ou alta e aproximou-se das camadas menos favorecidas, encontrando realidades e processos de subjetivação diversos aos que estava habituada.⁽¹⁹⁾

As psicólogas, formadas em sua grande maioria por referenciais teórico-técnicos que desconsideram a relevância dos aspectos objetivos, históricos e sociais no desenvolvimento humano,⁽¹⁵⁾ confrontar-se-ão no trabalho junto a populações em vulnerabilidade social, que para além dos supostos de igualdade entre os homens, a concretude da desigualdade incide objetiva e subjetivamente, tanto nas técnicas quanto nos usuários. O contato das psicólogas com o “social” produz repercussões em suas vidas, objetiva e subjetivamente, fruto da tensão invisibilidade/concretude da desigualdade, sendo a prática profissional moldada sob o efeito de tal afetação.

Apresentarei a seguir alguns resultados da minha pesquisa de mestrado⁽²⁰⁾ cujo objetivo era analisar como a desigualdade social, materializada no contato com populações pobres e vulneráveis socialmente, repercute na profissional psicóloga e em sua atuação no CRAS/SUAS. Utilizou-se como aporte teórico-metodológico a teoria da subjetividade proposta por González Rey e a metodologia qualitativa a partir da perspectiva sócio histórica. O estudo foi desenvolvido com seis psicólogas que trabalham no CRAS na região metropolitana de Salvador e evidenciou fragilidades acadêmicas significativas na formação e o despreparo das psicólogas para atuar nas políticas so-

ciais, quando se considera uma prática que possa ser transformadora da realidade.

As psicólogas moldam sua atuação no CRAS pautadas na ideia de que o trabalho é construído na prática, a partir prioritariamente da experiência. Há ausência de reflexões sobre psicologia e políticas públicas ou mesmo da psicologia social, no sentido de subsidiar a atuação na dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. No pouco que se referem à teoria, a associam ao estudo das normas do SUAS, que não constituem escopo específico da profissão. As profissionais referem-se a formações acadêmicas carente de referenciais distintos aos tradicionais, capazes de subsidiar a atuação em comunidades, além da representação social da psicóloga vinculada ao modelo clínico.

A deficiência técnica e, sobretudo, a deficiência na formação epistemológico-científica confere o tom das discussões em torno da formação da psicóloga brasileira, segundo Lisboa e Barbosa.⁽²¹⁾ Os autores destacam ainda o despreparo da formação oferecida pelos cursos de graduação em Psicologia no que tange à defasagem ético-política e à necessidade de adequação às novas demandas sociais, pontos destacados também pelo Conselho Federal de Psicologia.⁽²²⁾ Urge aliar qualidade à quantidade no ensino da psicologia no Brasil, uma vez que o curso tem sofrido grande expansão, sobretudo nas instituições universitárias privadas.⁽²¹⁾ Como investir em uma formação que prepare psicólogos e psicólogas para serem, além de profissionais, agentes políticos de transformação?

Considerando a profunda desigualdade social vivenciada no Brasil e a complexidade com que esse processo se apresenta em nossas relações sociais, coloca-se como indispensável a reflexão de tais temas para uma ciência e profissão que intenciona se posicionar com compromisso social. As transformações ocorridas na psicologia, a partir da defesa por uma atuação mais empenhada com a transformação da realidade social e a importância da formação como um espaço fundamental de construção do profissional, ratificam a necessidade de estudos que possam aprofundar como as psicólogas veem se organizando para contemplar na ciência

e na profissão as demandas sociais da última década.

Faz-se necessário refletir sobre como a formação vem se estruturando para contemplar o projeto do compromisso social, sobretudo no que tange ao reconhecimento da desigualdade social enquanto fenômeno complexo e que produz impactos na atuação de psicólogos e psicólogas nas políticas públicas; pois, como bem situa o Conselho Federal de Psicologia,⁽²²⁾

se queremos uma mudança é preciso definirmos qual a mudança e em que direção, pois não basta dizer do compromisso social da Psicologia e falar do psicólogo como agente de mudança. Por isso, é preciso definir o papel do psicólogo na sociedade brasileira e latinoamericana. É neste contexto brasileiro e para este contexto que devemos formar o psicólogo – uma realidade econômica de desigualdades, opressão, preconceitos de diferentes ordens, homofobia, violência contra as mulheres, crianças, realidade de exclusão social, de falta de direitos. (p. 22).

Assim, a questão central sobre o compromisso social é produzir a reflexão sobre se enquanto ciência e profissão, numa perspectiva ética, a finalidade do trabalho da psicologia está a serviço da manutenção ou da transformação da realidade social.⁽¹⁾ Desse modo, a desigualdade social extrema no Brasil e a expansão da atuação das psicólogas nas políticas públicas é um dos principais argumentos a favor do compromisso social na psicologia, pois a problemática da desigualdade vai muito além da distribuição de renda, a despeito desta ser indispensável; reporta-se, assim, a uma dimensão subjetiva, sobretudo no modo como as pessoas, incluindo técnicas e usuários, se relacionam a partir disso.

TECENDO RECURSOS PARA UMA ATUAÇÃO COM COMPROMISSO SOCIAL

No atual espaço teórico-prático da Psicologia vive-se a renovação do fazer-poder profissional aliada às demandas emergentes das políticas públicas. Trata-se de um contexto potencialmente aberto

para novas abordagens psicológicas baseadas nos direitos humanos, necessitando de metodologias que encaminhem respostas efetivas e organizem a regulação de referências mínimas para o exercício profissional.⁽²³⁾ A questão que se coloca, nesse momento, é sobre quais elementos podem contribuir para o avanço da atuação profissional e, em consequência, da atenção aos sujeitos da política, o que implica diretamente os espaços de formação da psicologia brasileira.

Observa-se a necessidade do desenvolvimento de recursos objetivos e subjetivos para a atuação em contextos de trabalho com intensa desigualdade social entre técnicas e usuários. Esse processo coaduna com o expresso por Martinez,⁽²⁴⁾ ao destacar que os espaços de formação precisam se comprometer para além da transmissão de conteúdos curriculares, com o desenvolvimento de recursos subjetivos facilitadores de ações sociais na direção desejada, os quais possam contribuir para formação dos psicólogos e das psicólogas na condição de sujeitos, uma vez que não é suficiente reproduzir metodologias, sem que os agentes profissionais produzam novas possibilidades de interpretação do fenômeno.

Desse modo, um dos desafios da psicologia é incluir a dimensão política na formação e no trabalho das psicólogas com o objetivo de desenvolver uma nova prática de pensamento que atue contra o sistema de desigualdade, superando o enfoque individualista.⁽¹⁸⁾ Tal posicionamento é ratificado pelo Conselho Federal de Psicologia⁽²²⁾ ao afirmar que um dos maiores problemas da formação é a ausência de um projeto ético-político para a profissão.

A partir dos dados da pesquisa por mim realizada,⁽²⁰⁾ evidenciarei alguns aspectos da atuação das psicólogas no SUAS, apontando elementos que favoreçam a construção de uma atuação mais consistente, tanto do ponto de vista do trabalho individual de cada profissional, quanto do enfrentamento coletivo da psicologia enquanto ciência e profissão com vistas à produção de práticas efetivas e contextualizadas às necessidades dos usuários. Nesse sentido, considero que o enfrentamen-

to teórico e prático do fenômeno da desigualdade social é imprescindível para construção de uma atuação efetiva no campo da assistência social.

No referido estudo, ao produzir explicações sobre as causas da desigualdade social, em geral, as participantes centram a argumentação na dimensão objetiva, reportando-se a concepção economicista de que o problema é fruto da má distribuição da renda, tendência já verificada por Souza.⁽⁶⁾ Atribuem a responsabilidade ao Estado por falta de vontade política e corrupção, além dos usuários pobres, qualificados como acomodados, que não aderem aos trabalhos e cuja preocupação central é o acesso a benefícios de transferência de renda. Observa-se um modelo em que a produção da desigualdade é concebida alheia aos sujeitos e não como um processo engendrado coletivamente a partir de relações sociais determinadas.

Trabalhar no CRAS parece romper a invisibilidade da desigualdade social na sua dimensão concreta, mas talvez faltem recursos para as técnicas se posicionarem frente a este fenômeno tão complexo. A inserção das participantes nos serviços é marcada pelo estranhamento do contexto laboral nas políticas públicas, sendo reforçada a sensação do trabalho ser muito difícil. As profissionais apresentam dúvidas sobre seu papel nessas unidades, e a atuação na dimensão subjetiva parece ter ficado desapropriada a partir da interdição da clínica, uma vez que era o dispositivo reconhecido pelas mesmas. Esse processo nos fez refletir sobre o (des)preparo das profissionais para atuar nas políticas sociais, incluindo importantes fragilidades acadêmicas.

Verificou-se a necessidade de construção de novas tecnologias de assistência, sobretudo as que utilizam os dispositivos grupais, contextualizadas com a realidade social, e acompanhadas de uma postura reflexiva por parte das técnicas. É devastador a falta de um olhar crítico sobre o fenômeno da desigualdade social, quando se consideram os efeitos da alienação sobre as relações e a tendência à reprodução social na atuação em políticas públicas. A desigualdade vivenciada entre técnicas e

usuários interfere na atuação profissional, mas as participantes da pesquisa não parecem perceber isso. É importante questionar o lugar social da técnica, no sentido de produzir uma análise de nossas implicações frente ao fenômeno.

O desafio que as psicólogas enfrentam cotidianamente é o de ampliar a dimensão política de sua ação profissional. Isso inclui desde a aproximação com os setores progressistas da sociedade civil, cuja união de forças resulta nos avanços das políticas sociais, quanto a proposição de outras possibilidades teórico técnicas na área acadêmica.⁽¹⁶⁾ Como investir em uma formação que prepare as psicólogas para serem além de profissionais, agentes políticos de transformação, aliando recursivamente objetividade e subjetividade?

O SUAS também revela o caráter indispensável de uma formação interdisciplinar, tanto no que se refere ao contato teórico com outras matrizes disciplinares para uma compreensão mais ampla da realidade social e enriquecimento da psicologia, a exemplo das contribuições da sociologia, serviço social e economia, como no sentido de desenvolver um trabalho coletivo e parceiro nas equipes multidisciplinares, construindo uma intervenção para além da justaposição do “psicossocial” nas políticas sociais.

A vivência das profissionais indica, ainda, a indispensável discussão sobre as condições de trabalho nas políticas públicas. São variadas as afetações de um trabalho cuja dimensão objetiva não oferece os aportes mínimos para um exercício consistente. Referimo-nos à disponibilidade de materiais, infraestrutura física das unidades e organização da rede de encaminhamentos, mas também a uma política de valorização da profissional social, incluindo a necessidade de melhores salários, até para que as profissionais tenham condições concretas de investir na educação continuada na área social.

Nesses equipamentos públicos é dever das profissionais encarnarem o zelo pela cidadania,⁽¹³⁾ mas isso depende de reconhecerem a cidadania dos subcidadãos. Saírem do lugar de “brasileiras acrí-

licas” e passem ao lugar de técnicas comprometidas com a transformação social. Mesmo frente a todos os obstáculos, não se pode perder de vista que os equipamentos públicos do SUAS, especialmente o CRAS, são serviços com potencialidade estratégica na transformação social, pois preconizam a aproximação com a comunidade para amenizar os efeitos perversos da desigualdade social extrema. Como construir potência nesse espaço tão estreito? Essa é uma importante questão para refletirmos enquanto ciência e profissão, pois o trabalho das psicólogas na assistência social tem se apresentado como uma tarefa descomunal frente a recursos tão poucos e ingênuos.

Um dos problemas mais críticos é que as técnicas naturalizam a desigualdade social e dessa dificuldade decorre também o principal recurso para atuar no SUAS, que é a necessidade das técnicas serem capazes de produzir novas leituras sobre os problemas sociais dos usuários, as quais sejam frutíferas para auxiliar na desnaturalização e enfrentamento desses fenômenos sociais. Como trabalhar com um fenômeno sem reconhecê-lo em sua complexidade? Como interferir na dimensão subjetiva para superar níveis extremos de desigualdade social se a própria subjetividade das profissionais for conformada?

Ao não incluir o debate aberto sobre as afetações da desigualdade social no trabalho das psicólogas relegamos o tema ao plano da vivência individual de cada profissional, uma vivência solitária e, por vezes, inconfessável. Vividas como algo pessoal, cada profissional vai buscar maneiras de apaziguar suas angústias frente à desigualdade, seja evitando o trabalho, naturalizando a desigualdade, transformando o contato em aprendizado por meio da valorização do que possui, dentre outras estratégias. O compromisso de reflexão sobre as repercussões da desigualdade social na atuação profissional, bem como a investigação científica dessa temática, precisa ser coletivo, sendo necessário, portanto, enfrentar os tabus em torno do tema, incluindo certa dose de ousadia e coragem para lidar com os atravessamentos subjetivos desse processo.

Frente a complexidade da atuação no SUAS, muitos elementos são indispensáveis para construção de uma atuação consistente e pautada no compromisso social. Dentre estes, é válido destacar a produção de novas metodologias de trabalho, principalmente aquelas que trabalham com dispositivos grupais e o foco na formação interdisciplinar. Neste artigo, entretanto, busquei destacar a importância da profissional produzir leituras críticas e complexas sobre a realidade social brasileira, marcada por forte desigualdade, pois é preciso lembrar que esse sistema é constituído para produzir assistência a usuários pobres, sendo indispensável avançar para além da responsabilização dos sujeitos sobre sua condição de vulnerabilidade, ratificada comumente na qualificação dos mesmos como “acomodados”.

Não podemos, assim, nos abster de analisar os efeitos dessa mesma desigualdade social nos vínculos que estabelecemos com os usuários, posto que os pensamentos são orientadores da ação e nos significados que constituímos para explicar os fenômenos, ou seja, na leitura da realidade que produzimos, também se encontram os limites, as potencialidades, e por assim dizer, o horizonte no qual será construída a nossa intervenção. O convite é para ampliar a dimensão ético-política da formação em psicologia, para construir olhares potentes que convoquem a cidadania dos “subcidadãos”.

REFERÊNCIAS

1. Bock AMBA. Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estud. psicol.*, Natal. [Internet]. 1999;(2):315-329. [acesso em 2012 nov 12]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v4n2/a08v4n2.pdf>
2. Lhullier LA, organizadora. Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia; 2013.
3. Reis E. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Rev. bras. Ciênc. Soc.* [Internet]. 2000;15(42):143-52. [acesso em 2012 set 22].

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000100010>

4. Scalon C. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea: Dossiê Diferenças e (Des)igualdades*, Porto Alegre. [Internet]. 2011; 1: 49-68. [acesso em 2013 abr 2]. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/download/20/5>
5. Bock AMB, Gonçalves MGM. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: Bock AMB, Gonçalves MGM, organizadoras. *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez; 2009. p. 116-57.
6. Souza J. A construção social da subcidadania: por uma sociologia política da modernidade periférica. (Coleção Origem). Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ; 2003.
7. Souza J. A gramática social da desigualdade brasileira. In: Souza J, organizador. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2006. p. 23-53.
8. Souza J. A má fé da sociedade e a naturalização da ralé. In: Souza J, organizador. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 2009. p. 385-431. (Coleção Humanitas).
9. Medeiros M. O estudo dos ricos no Brasil. *Econômica*, Rio de Janeiro. [Internet]. 2005; 7(1):99-128. [acesso em 2013 mar 26]. Disponível em: <http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/view/172/146>
10. Sposati AO, Bonetti DA, Yasbek MC, Falcão MCBC. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras. São Paulo: Cortez; 2010.
11. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estabelece a Política Nacional de Assistência Social. [Internet]. Brasília; 2004. [acesso em 2012 out 23]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e-nobsuas_08-08-2011.pdf/download
12. Pochmann M. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. [Internet]. 2007;12(6):1477-89. [acesso em 2012 out 23]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000600010>

13. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. [Internet]. 2008 [acesso em 2012 Setembro 22]. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2010/11/referenciascras.pdf>
14. Costa AFS, Cardoso CL. Inserção do psicólogo em Centros de Referência da Assistência Social. Gerais. [Internet]. 2010;3(2):223-29. [acesso em 2012 out 25]. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/download/115/122>
15. Bock AMB. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: Bock AMB, organizadora. Psicologia e o compromisso social. São Paulo: Cortez; 2009. p. 14-28.
16. Yamamoto OH. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso social da psicologia. In: Bock AMB, organizadora. Psicologia e o compromisso social. São Paulo: Cortez; 2009. p. 37-54.
17. Rozzotti ML. Participação na mesa de abertura do Seminário PsiSUAS. [Internet]. 2010. [acesso em 2012 set 8]. Disponível em: <http://psisuas.pol.org.br/>
18. Azerêdo SMM. O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia. Psicol ciênc. prof. Brasília. [Internet]. 2002; 22(4):14-23. [acesso em 2012 set 12]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000400003>
19. Mota ST, Gota TA. Plantão psicológico no CRAS em Poço de Caldas. Fractal rev. psicol. Niterói. [Internet]. 2009; 21(3): 521-530. [acesso em 2012 nov 12]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n3/O7.pdf>
20. Santos LN. O encontro das psicólogas com o “social” no CRAS/SUAS: entre o suposto da igualdade e a concretude da desigualdade [dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2013.
21. Lisboa FS, Barbosa AJG. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. Psicol ciênc. prof. Brasília. [Internet]. 2009; 29(4):718-37. [acesso em 2012 set 12]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400006
22. Conselho Federal de Psicologia. Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à discussão sobre a formação da(o) psicóloga(o). Brasília. [Internet]. 2013. [acesso em 2013 nov 17]. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/publicacao/contribuicoes-do-conselho-federal-de-psicologia-a-discussao-sobre-a-formacao-dao-psicologao/>
23. Barreto AF. Sobre a dor e a delícia da atuação psicológica no SUAS. Psicol ciênc. prof. Brasília. [Internet]. 2011;31(2):406-19. [acesso em 2013 nov 25]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932011000200015&script=sci_arttext
24. Martínez AM. Psicologia e compromisso social: desafios para formação do psicólogo. In Bock AMB, organizadora. Psicologia e o compromisso social. São Paulo: Cortez; 2009. p. 143-62. CONTEMPORANEIDADE